



# miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 7, número 3, set.-dez. 2018

## DOMINAÇÃO MASCULINA E RESISTÊNCIA EM DESMUNDO (1996), DE ANA MIRANDA



## MASCULINE DOMINATION AND RESISTANCE IN DESMUNDO (1996), BY ANA MIRANDA

Cíntia Roberto MARSON  
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)  
RECEBIDO EM 31/10/2018 • APROVADO EM 27/01/2019

---

### Resumo

---

Este artigo tem por objetivo analisar como ocorre a dominação masculina sobre a protagonista do romance *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, e quais os meios a personagem encontra para resistir à submissão que lhe é imposta e (re)construir a sua identidade em meio ao sistema patriarcal. Além disso, salienta-se o importante papel ocupado pela obra na medida em que demonstra a época do Brasil Colonial através da perspectiva feminina. Para isso, toma-se como aparato teórico Bourdieu (2005), Bauman (2005), entre outros autores.

---

### Abstract

---

This article aims to analyze how masculine domination occurs over the protagonist of the novel *Desmundo* (1996), by Ana Miranda, and what means the character finds to resist the submission that is imposed on her and (re)build her identity in the patriarchal system. Lastly, it

is emphasized the important role of the work in demonstrating the Colonial Brazilian Era through the feminine perspective. For this, it takes as theoretical apparatus Bourdieu (2005), Bauman (2005), among other authors.

---

## Entradas para indexação

---

**PALAVRAS-CHAVE:** Dominação masculina. Resistência. Identidade. *Desmundo*. Ana Miranda.

**KEYWORDS:** Masculine domination. Resistance. Identity. *Desmundo*. Ana Miranda

---

## Texto integral

---

### Introdução

Ana Miranda (1951), escritora brasileira, tem livros traduzidos em diversos países e ganhou vários prêmios literários. Em suas obras, a autora busca reescrever a história com criatividade e linguagem elaborada, dotada de um brasilianismo intenso. No romance *Desmundo* (1996)<sup>1</sup>, objeto de análise deste trabalho, a escritora faz isso por meio da recriação da Língua Portuguesa do século XVI, no intuito de recuperar a língua utilizada no período colonial, o que explica o plurilinguismo das línguas tupi-guarani, latim e espanhol, presente no decorrer da narrativa. Trata-se, portanto, de um “pastiche do português quinhentista” (MARQUES, 2016, p. 187), contribuindo para aproximar o leitor do período histórico e social narrado.

A autora realiza um trabalho de redescoberta e valorização do nosso tesouro literário ao dialogar com obras e autores da nossa tradição. Para isso, Ana Miranda recria épocas e situações que se referem à história literária brasileira. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, ela comenta sobre o vínculo de seus romances com a literatura e língua brasileiras:

Não sinto uma ligação minha com a História do Brasil, mas com a história literária brasileira. E não é propriamente um interesse na investigação das nossas origens, mas uma investigação em nossa língua. O Gregório de Matos, o padre Viera, Augusto dos Anjos, Gonçalves Dias, todos eles personagens de romances meus, são para mim uma fonte linguística, gosto de trabalhar com a intertextualidade, e gosto do enriquecimento que ocorre na relação com o acervo literário. Creio que toda obra literária de valor dialoga com o grande tesouro literário do país, seja por aceitação, seja por negação (LEAL, 2009, s/p).

Em *Desmundo* (1996), a autora nos oferece uma nova leitura sobre o Brasil Colonial do século XVI a partir do olhar feminino. À narrativa são incorporados

indivíduos à margem da sociedade: órfãs portuguesas, mulheres descriminalizadas, naturais (índias), mouros (judeus). Ana Miranda demonstra como as mulheres eram oprimidas e consideradas objetos de posse; a carta do Padre Manoel da Nóbrega, que abre o romance, evidencia isso:

A' El-Rei D. João

(1552)

Jesus

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do peccado (MIRANDA, 1996, p. 7).

Na carta enviada a D. João, fica evidente a intenção de trazer mulheres brancas portuguesas para o Brasil a fim de que os colonizadores se casassem e não tivessem relações sexuais com as índias, ato que continuava a acontecer. Isto é, esperava-se evitar a mestiçagem e contribuir para a homogeneização racial. Tratando-se de uma carta que existe nos registros históricos, Ana Miranda reinventa o nosso período Colonial por meio da metaficção historiográfica, conceito que atribui à obra literária

[...] o caráter de autorreflexividade intensa e, ao mesmo tempo, referências explícitas a personagens e eventos históricos; a junção de reflexões literárias, históricas e teóricas; o trabalho de subvertê-las; e a defesa de que, apesar de não negar a existência da história, o passado só nos é acessível por meio da textualidade (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Portanto, o romance apresenta uma nova construção de um importante período histórico do nosso país. Acostumados com narrativas narradas sob a perspectiva masculina, temos nesta obra uma narradora-protagonista, Oribela, que mostra-nos outra faceta do Brasil Colonial. Assim, é dada voz a uma órfã portuguesa que sofre várias formas de opressão e dominação masculinas, fruto de uma sociedade patriarcal e machista do século XVI.

A partir das considerações de Bourdieu (2005), pretendemos analisar a dominação masculina exercida sobre a protagonista Oribela, por meio de três instâncias: a família, a igreja/religião, e o casamento. Buscamos, também, verificar quais as formas de resistência encontradas pela personagem, a fim de não se submeter à opressão e violência masculinas as quais é destinada. Por fim, sob o

respaldo teórico de Bauman (2005), analisamos como se dá a (re)construção identitária de Oribela em meio a uma sociedade machista e patriarcal.

### **Dominação masculina em três níveis e gestos de resistência**

Há muito a nossa sociedade é permeada por relações de opressão e dominação masculinas que foram – e, muitas vezes, ainda são – naturalizadas. Os espaços menores reservados às mulheres, o comportamento ideal esperado delas, as tarefas domésticas que lhes são destinadas configuram apenas alguns exemplos de como as mulheres sofrem com as diferenças de gênero, o que confere a elas um lugar subalterno.

Pierre Bourdieu (2005, p. 07) vê na dominação masculina o exemplo de uma submissão paradoxal, como resultado daquilo que ele chama de “violência simbólica, violência suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas”. Ao realizar uma pesquisa com os berberes da Cabília, o autor conclui que a sociedade analisada está alicerçada nas estruturas de dominação masculina, resultado de um trabalho contínuo de reprodução de estratégias e atos ancorados na divisão binária dos sexos que estabelece o campo do dominante (representado pelo gênero masculino) e o campo do dominado (representado pelo gênero feminino). Nesse sentido, é predominante a perspectiva androcêntrica na qual “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção” (BOURDIEU, 2005), uma vez que é ratificada e tomada como “natural”.

A partir da pesquisa realizada pelo autor, percebemos muitas semelhanças entre a sociedade Cabília e a nossa sociedade, haja vista que ela ainda propaga e perpetua as diferenças de gênero, conferindo ao homem um lugar privilegiado. Reforça-se, então, o que Bourdieu (2005) entende por dominação masculina. De acordo com o *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009), a palavra “dominação” está voltada à análise da dominação de gênero e introduz uma dissimetria estrutural, assim,

[...] um se apresenta como representante da totalidade e o único depositário de valores e normas sociais impostas como universais porque os do outro são explicitamente designados como particulares. Em nome da particularidade do outro, o grupo dominante exerce sobre ele um controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites dos direitos do outro e o mantém num estatuto que retira todo o seu poder contratual (HIRATA *et al.*, 2009, p. 76).

Segundo Bourdieu (2005), algumas instâncias colaboram, sobremaneira, para a perpetuação desse sistema patriarcal que impõe e salienta a divisão sexual dos corpos, quais sejam: a família, a igreja e a escola. Neste trabalho destacaremos as duas primeiras.

De acordo com o autor,

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (BOURDIEU, 2005, p. 103).

Dessa maneira, a família se configura enquanto o primeiro espaço que legitima, propaga e impõe a dominação masculina no interior das relações interpessoais. Um exemplo extremo citado por Bourdieu (2005) se refere aos estados paternalistas e autoritários que transformam a família patriarcal em princípio e modelo da ordem social e moral, amparada na primazia absoluta dos homens sobre as mulheres.

No que diz respeito à igreja, o autor afirma que ela é

[...] marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio sobretudo da simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos [...] (BOURDIEU, 2005, p. 103).

Diante disso, a igreja ratifica um sistema patriarcal que visa condenar a mulher em sua falta de decência, relacionando-a aquilo que representa o profano e fere as doutrinas religiosas. Tais considerações são de suma importância para a análise que faremos no tocante à dominação masculina exercida sobre Oribela, protagonista de *Desmundo* (1996).

Brevemente, o enredo da obra consiste na trajetória de Oribela, uma das sete órfãs enviadas para o Brasil, em 1555, pela rainha de Portugal a pedido do Padre Manoel da Nóbrega, para se casarem com cristãos que habitavam a colônia. Quando chega ao Brasil, Oribela é obrigada a se casar com Francisco de Albuquerque, homem rude que a violenta sexualmente na primeira noite enquanto casados, e exerce sobre a moça uma dominação masculina que extrapola o que Bourdieu (2005) chama de “violência simbólica”, uma vez que Oribela também sofre fisicamente com os maus tratos do marido.

A partir da leitura do romance, verificamos que são três as instâncias de dominação exercidas sobre Oribela: 1) a família – representada pelo pai da protagonista; 2) a igreja/religião – representada pelos padres; e 3) o casamento – ancorado na figura de Francisco de Albuquerque, marido da protagonista.

Em meio a um lugar desconhecido, habitando um desmundo, Oribela, nos momentos de tristeza e dor, traz à tona lembranças dolorosas de sua infância marcada pelo temperamento rude e atos violentos de seu pai. Quando se sente mais desolada, lembra-se de amarguras passadas: “Dissera meu pai, na hora do batismo encostaram em minha testa uma cruz e eu gritara muito, prova de haver coisa em mim” (MIRANDA, 1996, p. 12). O discurso proferido pelo pai demonstra, de antemão, o sentimento negativo que nutria pela filha, uma vez que ele acreditava, possivelmente, na existência de algo maligno que habitava em sua filha. Aqui, notamos o início da dominação que se faz presente pelo discurso paterno.

Além disso, o pai exerce plena dominação sobre a menina quando usa de violência física:

Meu pai mandava turvar a água do banho com leite para não ver o meu corpo de criança, uma vez alevantei da gameleira e ele me castigou com tantas vergastadas que verti sangue pela boca. Água nas mãos e na fuça, fidalga. Água no mais, puta (MIRANDA, 1996, p. 43).

Assim, a protagonista sofre desde pequena com os maus tratos do pai, que extrapolam a violência simbólica – quando exercida através de discursos proferidos – e se transformam em violência física e psicológica. Oribela cresce, então, em um ambiente regido pelo patriarcalismo, e que a lembra a todo o momento a sua “natural” inferioridade enquanto mulher. A moça clama pela mãe, que já havia falecido, e junto à lembrança da figura materna está o pai e a sua insistência em afirmar a desventura da esposa ao ter dado à luz uma filha como aquela:

Oh minha mãe onde estás? Minha mãe onde vou, por que não me buscas, mãe sem ventura de ter tido filha assim, desacordada do mundo e a dar suspiros por um nada? Meu pai falava de mim. Formosa e não presta nada. Bem pintada e mal lograda. Puta, puta, puta, três vezes puta, puta de Cananor, puta de Malabar, puta de Catchi (MIRANDA, 1996, p. 57).

No discurso paterno, o adjetivo “puta” é enfatizado várias vezes, no intuito de diminuir, humilhar e desprezar a menina. Tamanho rancor nos leva a questionar: ser pai de uma menina seria o fator desencadeador deste comportamento obsessivo e repressor? Consequentemente, podemos pensar que o fato de não ter um filho varão pode explicar, mas não justificar, as cruéis atitudes apresentadas pelo pai de Oribela. Sabemos que em nossa contemporaneidade ter um filho homem é sonho para muitos pais, e quando pensamos no contexto em que se passa a obra, Brasil do século XVI, essa fato torna-se mais saliente. Desse modo, a protagonista sofre as consequências da dominação masculina desde a tenra

idade, quando é obrigada a conviver com um discurso que a humilha e renega, e quando tem de suportar os castigos físicos a que era submetida.

Sendo assim, a família, enquanto primeira e principal instância de dominação masculina (BOURDIEU, 2005), colabora para tentar tornar natural uma sociedade em que a mulher ocupa um lugar subalterno, e, portanto, sem direito à contra palavra, pois a ordem é incorporar as diferenças de gênero e perpetuá-las.

A segunda instância por meio da qual a protagonista sofre a dominação masculina é a igreja/religião. Desde a viagem realizada na nau até chegarem em solo brasileiro, as órfãs são submetidas a ordens religiosas advindas dos padres, muitos são os momentos de oração, confissão, liturgia da palavra, etc. No entanto, a postura que se espera de líderes religiosos não condiz com as atitudes que eles apresentam para com as órfãs, sobretudo com Oribela:

[...] as falas do padre, sua piedade, suas turbações, seus beijos em meus lábios na confissão, para o perdão dos meus pecados, o cheiro de vinho e vômito em sua boca, as missas no convés, as longas e perseverantes vigílias de noite. [...] os promettimentos de Deus, a castidade de meu corpo, os mandamentos [...] (MIRANDA, 1996, p. 16).

O padre se aproveita da autoridade que detém a fim de abusar das órfãs, como bem demonstra o trecho acima. Ademais, é apresentado à protagonista e às demais meninas um Deus severo que castiga, remetendo ao Antigo Testamento. Oribela relata que foram educadas para o temor: “Fomos todos criados na santa fé, crendo na providência, de almas razoáveis que por três maneiras chegavam a Deus, pelo amor, pelo **temor** e pelo trabalho” (MIRANDA, 1996, p. 17, grifo nosso).

Assim que as órfãs chegam em solo brasileiro são levadas para um local nada aconchegante e hospitalar, obrigadas a confessar de joelhos, pois por serem mulheres precisam domar o espírito:

E nos meteram em celas pequenas como os camarotes, nos deram redes de palha, painéis de frescos, mandaram as órfãs se calarem de seus ruídos e largarem os mirantes que davam vista para o mar [...] E nos mandaram em joelhos rezar, que fazíamos pouco de nossos ímpetos mulheris dados ao demônio que devíamos temer e vigiar, **vivia o Mau dentro de nossas almas negras, para não sermos arrebatadas pelo espírito do maligno** e que depois nós fôssemos confessar em joelhos (MIRANDA, 1996, p. 41, grifos nossos).

Este trecho possui íntima relação com o trecho apresentado anteriormente no qual o pai de Oribela acredita haver algo ruim habitando o interior da menina. No trecho acima, as órfãs são concebidas como seres que têm o mau dentro de si, haja vista que atraem o maligno pelo simples fato de serem mulheres. Por isso, a

necessidade de controlarem os seus ímpetos mulheris, tendo a confissão como ferramenta para ajudá-las nesse processo. Notamos, novamente, um discurso pejorativo calcado no poder masculino que visa estabelecer um lugar opressor e ditador ao gênero feminino, sem que as mulheres tenham voz nem vez.

Das mulheres espera-se um bom comportamento e isso não seria diferente ao se tratar de Oribela e as outras órfãs:

Não consentir que cheguem ao corpo, não repreender os outros mas a si mesmo, não tomar emprestado dinheiro ou veste, limpar o corpo por fora como por dentro, **saber ser menor que todos os outros**, não provar de tudo à mesa, não querer saber onde estão as baixelas dos inimigos, falar pouco e baixo, diante de uma porta, bater ou chamar e entrar só se mandarem. Tantas coisas nos ensinavam para nos lustrar e ver se havia entre as órfãs da rainha uma que fosse mais proveitosa (MIRANDA, 1996, p. 40, grifos nossos).

Verificamos que o trecho acima funciona como um manual de boas maneiras a ser seguido pelas moças, com o único intuito de serem treinadas e, assim, tornarem-se “proveitosas” para os pretendentes que as aguardavam. Salientamos o trecho grifado no qual percebemos o dever da mulher de ser menor do que todas as outras pessoas; no contexto da narrativa, ser menor do que os homens, como se à mulher coubesse somente o lugar ínfimo. Nesse sentido, Bourdieu (2005, p. 38-39, grifos nossos) atesta que

A submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, curvar-se, de se submeter, nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher. [...] Como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘**se fazer pequena**’.

É notório, então, o papel de coadjuvante conferido ao polo feminino, representante de um gênero oprimido e cercado pelas estruturas de poder das quais dispõe o sexo oposto. Por conseguinte, não é dado a mulher o direito de ser protagonista e agente da própria história, mas de sempre estar a serviço do outro/homem.

Oribela fora criada em mosteiro de freiras, portanto, conserva-se casta e obediente aos mandamentos da Lei de Deus. Em determinada ocasião, surge um pretendente, sobrinho da mulher do governador, interessado na moça “pura”. A primeira qualidade apontada pelo padre diz respeito à virgindade e pureza da jovem, como se a sua existência se resumisse a sua castidade. Isso se explica pelo fato de que “a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu” (BOURDIEU, 1996, p. 26). Isto é, cria-se um discurso ao redor da virgindade que objetiva confirmar e ressaltar a importância e necessidade



das mulheres se manterem castas, tendo em vista o seu “valor” ser medido por meio dessa “qualidade”.

Após os elogios do padre referentes à “suavidade mulheril” de Oribela, o pretendente a olha e, repentinamente, ela lhe cospe no rosto. Eis o primeiro gesto de resistência ao sistema patriarcal que se levanta contra a dominação imposta pelo opressor. Em um momento de rebeldia e ousadia, a personagem apresenta coragem na tentativa de demonstrar a sua indignação por estar sendo, praticamente, vendida ao pretendente apresentado. Ela deseja ter poder de decisão sobre a própria vida e se recusa a conviver com alguém que lhe fora imposto. Esse é o primeiro momento que marca, de fato, a insubmissão da órfã ao patriarcado.

Em decorrência da atitude da jovem, o resultado é o castigo físico a que é submetida pelo padre: “no sacrário me fez em joelhos rezar por perdão de minha rebeldia, me deu pancadas nas mãos até ver sangue, que não doeu tanto e foi murmurar mais castigos com outros padres” (MIRANDA, 1996, p. 57). É possível perceber um segundo gesto de resistência, quando a órfã afirma que as pancadas em suas mãos não doeram tanto, ainda que delas tenha saído sangue (MIRANDA, 1996). Em momento algum, a personagem pede perdão pelo ato cometido ou pede para que o padre tenha piedade de si e não lhe castigue. O movimento é o oposto. Ela suporta a dor como se estivesse indiferente à agressão física que sofre.

Vemos que a dominação masculina advinda da igreja/religião visa atemorizar as órfãs para que continuem seguindo o caminho religioso e não se deixem enganar pelos pecados mundanos, uma vez que eles envolvem a satisfação de desejos carnis, por exemplo. Além disso, objetiva-se criar as moças de modo que apresentem qualidades que as tornem desejáveis, logo, submissas aos seus pretendentes.

A terceira instância de dominação masculina acontece por meio de Francisco de Albuquerque, marido de Oribela. Quando as órfãs se casam com os pretendentes, cristãos que habitavam solo brasileiro, a dominação masculina é ratificada pela igreja. Podemos perceber isso na fala do bispo:

Em seu propósito o bispo nos abençoou com as mãos e nos fez dizer promessa de fidelidade, salvou-nos com uma cruz, com mostras e sinais de fé. Mandou cada mulher dar a mão a seu homem. **Os esposos têm poder sobre as esposas e suas filhas** [...] (MIRANDA, 1996, p. 73, grifos nossos).

Nesse momento, a igreja, aqui representada pela religião católica, confirma e propaga um discurso machista no qual é salientado o poder de domínio dos esposos sobre as esposas e filhas, submetendo a vida de ambas ao controle masculino.

Oribela se vê obrigada a se casar com Francisco de Albuquerque, homem que lhe causava náuseas. No entanto, não se conforma com o cruel destino que lhe é imposto, e notamos isso em seu contundente discurso: “Era esposa. Se

perguntassem dizia que não, pois não temo o castigo nem a humilhação” (MIRANDA, 1996, p. 75). Na fala da jovem percebemos mais um gesto de resistência, pois ela demonstra que não aceitará facilmente a ordem matrimonial.

Após o casamento, Francisco de Albuquerque estupra a sua esposa e verifica que ela era virgem:

Levou-me Francisco de Albuquerque para dentro de uma casa pequena parecendo desabitada [...] Para deitar, um monte de feno, mas a mim foi segurando Francisco de Albuquerque e derrubando. É acaso a leoa mais mansa que o leão? **E lhe dei uma bofetada no rosto** no que fez ele sem pensar uns modos de como se fosse quebrar minha caveira, [...] assim foi Francisco de Albuquerque trabalhar sobre mim, recolher de minha boca o silêncio e a fechadura em sua boca. [...] **Ele me abriu, explorou e olhando no lume a cor do molhado, de sangue**, abanando a cabeça disse. Verdade disseste e agora és minha, terás o que quiseres (MIRANDA, 1996, p. 76-77, grifos nossos).

Ainda que a jovem órfã estivesse sob o domínio do marido e tivesse consciência de que não teria forças para lutar contra ele, a moça não se dobra perante o brutamontes que tem sobre o seu corpo e, em um ato de resistência e bravura, dá uma bofetada no rosto do marido. Ela não tem medo das consequências de seus atos e insiste em relutar contra o sistema patriarcal. Francisco de Albuquerque continua a trabalhar violentamente sobre a esposa e quando vê o sangramento da jovem fica satisfeito ao comprovar que ela era virgem.

Desse modo, a dominação masculina atinge o seu ponto mais grave no momento em que Oribela é violentada sexualmente pelo marido, que a tem como um objeto de posse. Bourdieu (2005, p. 29-30) explica que “o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de ‘posse’”. É dessa maneira que Francisco de Albuquerque concebe o ato sexual, apossando-se de Oribela brutalmente, como se assim ela fosse única e exclusivamente dele.

A jovem decide fugir, pois tenta a todo momento reverter o sistema que se impõe contra ela. Contudo, a fuga se configura como uma emboscada para a moça e dois marujos tentam violentá-la. Francisco de Albuquerque é quem a salva das mãos dos indivíduos. Quando o casal retorna à casa, Oribela, como forma de castigo, é maltratada e humilhada pelo esposo:

Em casa amarrou com a corda me prendendo aos pés do catre, onde me fez deitar [...] sem Francisco de Albuquerque me visitar de dia nem de noite, que se deitava com as naturais e fornicava à minha vista, como para humilhar [...] Fosse para dar ciúmes, nem se perdesse nisso, de mim não teria mais que a raiva (MIRANDA, 1996, p. 113).

Não bastasse ter amarrado a moça ao pé do catre, também se relaciona sexualmente com as naturais (índias) que trabalhavam na casa, a fim de humilhar a esposa e, também, para demonstrar a sua virilidade. Já que a jovem não queria se deitar com o marido, ele encontra outros meios de satisfazer os seus desejos carniais.

Certo dia, Francisco de Albuquerque se ausenta da casa por um tempo e, nesse breve instante, Oribela consegue viver livremente. A principal responsável pela libertação e autoconhecimento da protagonista é Temericô, uma das índias que trabalhava para a moça e seu marido.

Tinha feitas para mim umas ervas de acalmar, de beber a fumaça. Aprendi os fumos de naturais, que me deixavam pasmada e sonhadora, sem ver o correr dos dias, o parar das noites, quando na minha fantasia eu procurava o que não queria achar. [...] Aprendi a me desnudar, no quarto, após o banho, que havia um frescor sobre a pele e se entranhando nela, uma luva de vento, um véu de seda fria, que a roupa abafava e incendiava. E ria ela. E ria. Bom era viver numa casa sem homem a ordenar (MIRANDA, 1996, p. 126).

No trecho acima, notamos o surgimento da amizade entre Oribela e Temericô, ambas conversam sobre as culturas das quais fazem parte e compartilham segredos. Desse modo, a jovem tem a oportunidade de se reconhecer enquanto mulher e conhecer o próprio corpo. Agora, ela se desnudava após o banho e descobria o frescor sobre a pele. O banho representa um meio de purificação vivido pela personagem, e o desnudamento do corpo pode ser visto como uma metáfora para o abandono das amarras sociais que se impunham contra Oribela. Mais do que o reconhecimento de sua corporalidade, desnudar-se configura-se enquanto elemento fundamental para a descoberta de si e de sua identidade.

Após esse momento, a personagem percebe como era bom viver em uma casa sem as ordens de um homem. Quase como um momento de epifania, a órfã vai descobrindo, paulatinamente, quem é e quem pode se tornar, o que a leva a tomar dimensão de sua existência. Sant'anna (2012, p. 271) explica que

Aplicado à literatura, o termo [epifania] significa o relato de uma experiência que a princípio se mostra simples e rotineira, mas que acaba por mostrar toda a força de uma inusitada revelação. É a percepção de uma realidade atordoante quando os objetos mais simples, os gestos mais banais e as situações mais cotidianas comportam iluminação súbita na consciência dos figurantes [...].

O fato de entrar em contato com a cultura de Temericô traz à protagonista a possibilidade de despertar para o mundo e para si mesma. Finalmente, a vida

revelara-se diante da personagem. Portanto, é a partir do contato travado com Temericô que a jovem (re)constrói a sua identidade. Bauman (2005, p. 17) tece importantes considerações sobre esta temática:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age [...] são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’.

Sob a perspectiva do autor, acreditamos que o pertencimento e a identidade de Oribela são construídos por meio das decisões e caminhos que ela toma e, nesse sentido, a decisão de conhecer outra cultura através de Temericô é fundamental para isso. Ao conhecer o outro, a personagem conhece a si mesma e se permite vivenciar experiências significativas para a (re)construção de sua identidade.

Francisco de Albuquerque retorna à casa, finalmente. Serve-se da esposa e externa o desejo de ter um filho. Para isso, manda construir uma igreja à santa Virgem Maria, pois virgem era a sua mulher, como uma promessa feita para ter um varão. É nítida a importância que o filho homem tem na vida de Francisco, uma vez que filho bom era filho menino, forte e viril. Mais uma vez, vemos o valor atribuído ao gênero masculino em detrimento do gênero feminino, tendo em vista que o último carregava em si fragilidade e inferioridade “naturais”.

Oribela decide fugir pela segunda vez e, para isso, tem de incorporar uma identidade masculina, pois somente assim conseguiria escapar sem que ninguém a detivesse:

Entrei na casa em grande confusão de gente que ia de um a outro lado, me dissimulei numa roupa de Francisco de Albuquerque, que ficava grande em mim, mas cabia e um capote, um chapéu e com a faca que tomei à cozinha cortei meus cabelos bem tosados, joguei-os no fogo com as roupas minhas e sem me deterem por ver sem saberem do vulto de homem ser mulher montei um cavalo e me arremessei pelos caminhos (MIRANDA, 1996, p. 156).

A jovem aproveita o momento de luta que está acontecendo entre os bárbaros e o povo da fazenda de seu marido, veste-se com as roupas de Francisco, tosa os cabelos e parte montada em um cavalo. Notamos mais um gesto de resistência realizado pela moça. Ela não aceita, de forma alguma, continuar a viver ao lado de um homem que a tem como um objeto, utilizando-se de seu corpo a qualquer momento como se ela fosse de sua posse. O medo não a detém e, assim, ela se lança mundo afora para tentar reconstruir a vida e subverter o sistema opressor que a cerca. As atitudes da personagem demonstram, nitidamente, que ela está muito longe de aceitar o amargo destino que lhe foi imposto brutalmente.

Durante a fuga, Oribela sente-se mal e desmaia; acorda na casa do mouro, Ximeno Dias. A jovem já o tivera visto uma vez, assim que desembarcara da nau com as demais órfãs. Inicialmente, ela acredita que o mouro a matará, no entanto, com o passar dos dias, percebe que ele quer apenas o seu bem e, por isso, acolhe-a em sua casa. Assim, dá de comer a jovem, cuida dela, e demonstra ser um homem muito diferente de Francisco de Albuquerque. Ximeno Dias se mostra leal à órfã, e suas atitudes a cativam:

Vos sou leal, senhora, como sempre serei assim nesta terra como nas outras, antes ficasse cego que me tirasse de suas vistas, antes lhe caísse a cabeça a me ser infiel [...] para certificar sua doce amizade e esmaltar minha alma com seu sangue. Tudo faria por mim em minha suavidade mulheril. Muito provou o Ximeno sua fala, tendo a mim naquela alcova sem nenhum destrato ou requerimento, uma tão boa apuração que me fazia um vazio no peito quando não estava ele perto. Tanto que atinei poder estar sendo encantada pelo feiticeiro (MIRANDA, 1996, p. 175).

Diante das palavras do mouro, de seu carinho e cuidado para com Oribela, ela começa a gostar verdadeiramente dele, pois ele era em tudo o oposto de seu marido. Então, guiada por seus desejos, relaciona-se com Ximeno Dias, permite-se viver os prazeres do corpo e estar na presença de um homem que a queria bem. É a partir dessa relação que a órfã também pode (re)construir a sua identidade, afinal, um verdadeiro laço havia sido criado, permitindo a ela descobrir outras facetas da vida e de seu próprio eu. A personagem passa, então, pelo processo de subjetivação feminina.

[...] esta vontade de subjetivação, de auto-afirmação [sic] das mulheres, se transforma num dos melhores exemplos de uma concepção democrática centrada sobre a vontade de cada um de se afirmar como sujeito contra a lei imposta por outros ou contra as instituições centradas sobre o funcionamento e a integração do sistema social antes que sobre a consciência da liberdade (TOURAINÉ, 2007, p. 53).

Nesse sentido, Touraine (2007) expõe que o desejo de subjetivação feminina se ergue contra as leis impostas pelo outro, isto é, pelo patriarcalismo. No romance de Ana Miranda, Oribela consegue passar pelo processo de subjetivação feminina, porque se dá o direito de conhecer ao outro e, nesse processo, de conhecer a si mesma e reencontrar a mulher que era. Sendo assim, a amizade que faz com Temericô e as demais índias e o relacionamento amoroso que vive com Ximeno Dias permitem à jovem ser protagonista e agente de sua própria história. Portanto, os laços e vínculos afetivos construídos cooperam, sobretudo, para a afirmação de uma identidade que permite à jovem se libertar das amarras que a

prendiam. Dessa maneira, coadunamos com Bauman (2005, p. 74-75) quando ele afirma que

Afinal de contas, a essência da identidade [...] não pode ser constituída senão por referência aos vínculos que conectam o eu a outras pessoas e ao pressuposto de que tais vínculos são fidedignos e gozam de estabilidade com o passar do tempo. Precisamos de relacionamentos, e de relacionamentos em que possamos servir para alguma coisa, relacionamentos aos quais possamos referir-nos no intuito de definirmos a nós mesmos.

É por meio do outro que a jovem constrói a si mesma, são os relacionamentos que oferecem a ela a possibilidade de conhecer o que até o momento era desconhecido. Sem medo ou culpa, Oribela constitui a sua identidade, longe de toda forma de submissão e dominação masculinas.

Por fim, após a segunda tentativa de fuga, a protagonista é encontrada novamente pelo marido, que a leva para a casa. Descobre-se grávida e dias após o nascimento da criança, o esposo reconhece que o filho é do mouro, Ximeno Dias. Então, Francisco de Albuquerque foge com o recém-nascido e a sua esposa ateia fogo na casa a fim de destruir e apagar tudo o que vivera ali. Sem saber se está delirando ou não, a mãe ouve o choro de seu filho e o mouro aparece com a criança no colo.

Temos, portanto, um desfecho aberto que não permite afirmarmos com total certeza se a protagonista conseguiu recuperar a criança e, além disso, estar ao lado de seu companheiro, novamente. Independente disso, podemos afirmar que o fato de gerar um filho também contribui para construir um outro aspecto identitário de Oribela. Além disso, ter um filho como fruto do amor existente entre a jovem e o mouro configura-se em mais um gesto de resistência da órfã. Gerar um filho fora do casamento é um fator agravante para a moça, sobretudo ao se tratar do século XVI, porém, a personagem, destemida e dona de suas vontades decide dar vida à criança. Portanto, aqui, o corpo atua como

[...] espaço simbólico da luta e da resistência, desconstruído e deseducado, que rejeita a escolarização tradicional opressora, as normas de gênero naturalizadas consideradas “normais” e se reconstrói como um espaço de afeto, empoderamento e emancipação que rompe o silêncio (LOUSA, 2017, p. 178).

## Considerações finais

O romance de Ana Miranda ocupa um papel importante na medida em que subverte os papéis sociais ao dar voz à uma narradora-protagonista, órfã portuguesa, entregue à própria sorte, habitante de um desmundo, e obrigada a

sofrer diferentes tipos de dominação masculina. Ao garantir o direito de fala de mulheres como Oribela, a escritora oportuniza o não silenciamento de mulheres que vivenciaram o “outro lado” da história no período Colonial. Nesse sentido,

O acesso à voz é, portanto, um resgate histórico que corporifica o lugar de fala como espaço simbólico de resistência onde lutas são travadas. A literatura, com um campo de batalhas, está naturalmente acostumada a contar a história dos vencedores, daqueles que a dominam desde sempre. Possibilitar o acesso à fala de grupos marginalizados e esquecidos pela tradição é subverter essa ordem e vislumbrar a possibilidade de outros pontos de vista até então negligenciados (LOUSA; CAMARGO, 2017, p. 219).

A narrativa, então, ganha força ao demonstrar uma mulher que não se submete à sociedade patriarcal da época, não tem medo de externar seus desejos e vai em busca de outras experiências, outras relações, logo, outro mundo.

Oribela, apesar da violência física e psicológica que sofre, não desiste de reverter a situação na qual se encontra e traçar o seu próprio caminho. Para isso, apresenta vários gestos de resistência que a auxiliam no trajeto percorrido para a (re)construção de sua identidade. Assim, a personagem suporta a coerção de seu pai, da igreja – religião católica, e de seu marido, sem desistir em momento algum de fugir daquele assombroso destino que lhe fora determinado. A jovem se permite conhecer o outro, construir uma sólida amizade com Temericô, viver o sentimento que nutria pelo mouro e conhecer os seus próprios desejos e corpo e, assim, conhecer a si mesma, em um processo de descoberta e autoconhecimento. Dessa maneira,

[...] a literatura de mulheres, historicamente marginalizada, vem ganhando espaço e veiculando uma voz dissonante [...] sobretudo no que se refere a representações de identidades femininas que, em boa escala, já podem ser consideradas representativas do conjunto das diversas perspectivas sociais das mulheres. E se ainda não é capaz de lhes retratar plenamente a diversidade identitária, certamente avança um bom tanto em relação à literatura hegemônica (ZOLIN, 2010, p. 194).

Ana Miranda, por meio de uma linguagem elaborada e carregada de verdadeiro sentimento, consegue recriar um período de nossa história e colocar luz sobre a mulher ao dar a ela voz e vez. É desse modo que a escritora nos permite conhecer o outro lado da história, lado este que não se configura em nossa literatura. Isto é, “trata-se de pôr em xeque a essencialidade feminina, fixa e estável, que figura no cânone literário nacional e nos discursos autorizados empenhados na construção da nação” (ZOLIN, 2010, p. 189).

Em *Desmundo*, a protagonista está longe de representar o sexo frágil, desprotegido e carente de cuidados. Ao invés disso, ergue-se uma brava mulher que consegue ser protagonista de sua história e, portanto, dona de seu destino.

## Notas

<sup>1</sup> O romance foi adaptado para o cinema por Alain Fresnot, em 2002.

---

## Referências

---

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HIRATA, Helena *et al.* *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LEAL, Carolina. Ana Miranda recria linguagem em novo romance. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 ago. 2009. Coluna Cultura. Disponível em: <[https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd\\_matia=456082&dinamico=1&preview=1](https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=456082&dinamico=1&preview=1)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LOUSA, Pilar Lago; CAMARGO, Flávio Pereira. Poesia periférica de autoria feminina como ruptura e resistência. *Boitatá*, Londrina, v. 12, n. 23, p. 207-223, jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/30689/21658>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LOUSA, Pilar Lago. Corpo como resistência: questões de gênero em poemas de Elizandra Souza. *Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 4, p. 159-180, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3066>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MARQUES, Gracielle. *A voz das mulheres no romance histórico latino-americano: leituras comparadas de Desmundo, de Ana Miranda, e Finisterre, de María Rosa Lojo*. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143106>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MIRANDA, Ana. *Desmundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. Laços de família e Legião estrangeira. In: \_\_\_\_\_. *Análise estrutural de romances brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2012. p. 261-297.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.



ZOLIN, Lúcia. O. Questões de gênero e representação na contemporaneidade. *Letras, Santa Maria*, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12166>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

---

### Para citar este artigo

---

MARSON, Cíntia Roberto. Dominação masculina e resistência em desmundo (1996), de Ana Miranda. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 7, n. 3, p. 588-604, set.-dez. 2018.

---

### A autora

---

**Cíntia Roberto Marson** é mestranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).